



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

A SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

N.º único 584834

N/Referência: 118/10ª CTSS/2017

Data: 04-10-2017

ASSUNTO: Envio do Relatório de Atividades relativo à 2ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura

Nos termos regimentais aplicáveis, junto se remete a Vossa Excelência o **Relatório de Atividades da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social**, relativo ao período de **15 de setembro de 2016 a 14 de setembro de 2017**, da **2ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura**, aprovado por unanimidade na reunião realizada por esta Comissão no dia **04 de outubro de 2017**.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte



Relatório de Atividades

XIII Legislatura

2.^a Sessão Legislativa

Este relatório de atividades foi aprovado por unanimidade na reunião de 4 de outubro de 2017.

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Organização interna.....	3
3. Reuniões	6
4. Iniciativas legislativas.....	7
5. Iniciativas europeias	9
6. Outros pareceres/relatórios	10
7. Petições	10
8. Audições.....	13
9. Audiências	14
10. Eventos	14
11. Deslocações/ Representações.....	15
12. Requerimentos dos GP	16

1. Introdução

O presente Relatório de Atividades apresenta, de uma forma abreviada, o trabalho desenvolvido pela [Comissão de Trabalho e Segurança Social](#) (CTSS) no decurso da 2.^a Sessão Legislativa da XIII Legislatura, que decorreu de 15 de setembro de 2016 a 14 de setembro de 2017, na sequência das prioridades estabelecidas no [Plano de Atividades](#) aprovado, e de iniciativas supervenientes dos grupos parlamentares, promovidas no âmbito do seu poder de iniciativa.

No uso das suas atribuições, compete em especial à Comissão exercer as suas competências e controlo político nas áreas do trabalho, políticas de solidariedade e segurança social, políticas de emprego e formação profissional, administração pública em articulação com as comissões parlamentares competentes em razão da matéria, regime jurídico de emprego público e regime de proteção social e aposentação da função pública, segurança e saúde no trabalho, família e apoio à natalidade e aos idosos, voluntariado, economia social, pessoas com deficiência e proteção das crianças e jovens em risco em matérias relacionadas com a segurança social, sem prejuízo da necessária articulação com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, competente nesta área.

O quadro infra permite aferir o número de visitas registadas na página internet da Comissão durante os últimos onze meses:

	2016				2017						
	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
1 - CACDLG	3749	5216	4958	5309	5908	6044	7012	6434	7546	7246	7052
2 - CNECP	1526	1611	1424	1170	1505	1251	1766	1585	1907	1853	1703
3 - CDN	1315	1670	1366	1304	1807	1632	1517	1400	2233	2196	2793
4 - CAE	2053	2100	2047	1955	1912	1564	1925	1911	2134	2087	2177
5 - COFMA	6229	11881	15714	9233	6719	5778	7588	6265	8426	7918	9205
6 - CEIOP	3874	4944	4593	4444	5276	5809	6099	5507	6736	6090	7556
7 - CAM	1757	2387	2062	1848	2433	1864	2571	2324	2729	4326	3986
8 - CEC	4500	6100	5851	5244	12055	6765	7799	8926	11841	11009	8068
9 - CS	3379	4127	3713	3837	6642	5884	6071	6562	7385	8322	5362
10 - CTSS	3256	4340	4128	3704	4915	5535	8530	6913	8341	8470	9193
11 - CAOTDPLH	3354	3686	3489	4181	4346	3952	4434	4878	5488	5369	4421
12 - CCCJD CPIRCGDGB	2739	3276	3389	3267	3794	3568	4428	4714	5279	6559	6111
							2290	1091	1244	1242	2151

2. Organização interna

Manteve-se a composição da Mesa eleita a 12 de novembro de 2015, constituída pelo Presidente, Deputado Feliciano José Barreiras Duarte (PSD), pela 1.^a Vice-Presidente, Deputada Wanda Guimarães (PS) e pela 2.^a Vice-Presidente, Deputada Rita Rato (PCP).

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

A Comissão é constituída por **23 Deputados Efetivos**, dos quais 9 do PSD, 9 do PS, 2 do BE, 2 do CDS-PP, e 1 do PCP e **23 Deputados Suplentes**, dos quais 9 do PSD, 9 do PS, 2 do BE, 2 do CDS-PP, e 1 do PCP assim discriminados:

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
<u>Feliciano Barreiras Duarte</u>	PSD	Efetivo	Presidente
<u>Wanda Guimarães</u>	PS	Efetivo	Vice-Presidente
<u>Rita Rato</u>	PCP	Efetivo	Vice-Presidente; Coordenador GP
<u>Adão Silva</u>	PSD	Efetivo	
<u>Carla Barros</u>	PSD	Efetivo	
<u>Clara Marques Mendes</u>	PSD	Efetivo	
<u>Joana Barata Lopes</u>	PSD	Efetivo	
<u>Maria das Mercês Borges</u>	PSD	Efetivo	Coordenador GP
<u>Pedro Roque</u>	PSD	Efetivo	
<u>Sandra Pereira</u>	PSD	Efetivo	
<u>Susana Lamas</u>	PSD	Efetivo	
<u>Carla Tavares</u>	PS	Efetivo	
<u>Joaquim Raposo</u>	PS	Efetivo	
<u>José Rui Cruz</u>	PS	Efetivo	
<u>Ricardo Bexiga</u>	PS	Efetivo	
<u>Rui Riso</u>	PS	Efetivo	
<u>Sofia Araújo</u>	PS	Efetivo	
<u>Sónia Fertuzinhos</u>	PS	Efetivo	
<u>Tiago Barbosa Ribeiro</u>	PS	Efetivo	Coordenador GP
<u>Isabel Pires</u>	BE	Efetivo	
<u>José Moura Seixo</u>	BE	Efetivo	Coordenador GP
<u>António Carlos Monteiro</u>	CDS-PP	Efetivo	
<u>Filipe Anacoreta Correia</u>	CDS-PP	Efetivo	Coordenador GP
<u>Álvaro Batista</u>	PSD	Suplente	
<u>Fátima Ramos</u>	PSD	Suplente	
<u>Helga Correia</u>	PSD	Suplente	
<u>José António Silva</u>	PSD	Suplente	
<u>José Silvano</u>	PSD	Suplente	
<u>Laura Monteiro Magalhães</u>	PSD	Suplente	

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

<u>Ana Oliveira</u>	PSD	Suplente
<u>Nilza de Sena</u>	PSD	Suplente
<u>Pedro Alves</u>	PSD	Suplente
<u>Francisco Rocha</u>	PS	Suplente
<u>Idália Salvador Serrão</u>	PS	Suplente
<u>Isabel Santos</u>	PS	Suplente
<u>Hugo Carvalho</u>	PS	Suplente
<u>Luís Soares</u>	PS	Suplente
<u>Luísa Salgueiro</u>	PS	Suplente
<u>Maria da Luz Rosinha</u>	PS	Suplente
<u>Marisabel Moutela</u>	PS	Suplente
<u>Sandra Pontedeira</u>	PS	Suplente
<u>Joana Mortágua</u>	BE	Suplente
<u>Jorge Falcato Simões</u>	BE	Suplente
<u>Pedro Mota Soares</u>	CDS-PP	Suplente
<u>Vânia Dias da Silva</u>	CDS-PP	Suplente
<u>Diana Ferreira</u>	PCP	Suplente

Dos grupos parlamentares foram designados coordenadores os Deputados:

- Maria das Mercês Borges (PSD);
- Tiago Barbosa Ribeiro (PS);
- José Moura Soeiro (BE);
- Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) e
- Rita Rato (PCP).

Durante este período funcionaram os seguintes [Grupos de Trabalho](#), podendo a composição de cada um deles ser consultada nas seguintes ligações:

[GT Audiências](#);

[GT-ACC - Grupo de Trabalho - Alteração do Código Cooperativo \[Encerrado\]](#)

[GT-RVPTFP - Grupo de Trabalho - Regime de Valorização Profissional dos Trabalhadores em Funções Públicas \[Encerrado\]](#)

[GT-RJTDFD - Grupo de Trabalho - Regime Jurídico do Trabalho Desportivo e da Formação Desportiva \[Encerrado\]](#)

[GT-ALT - Grupo de Trabalho - Assédio no Local de Trabalho \[Encerrado\]](#)

[GT-D - Grupo de Trabalho - Deficiência](#)

[GT-PIG - Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género](#)

GT-P - Grupo de Trabalho - Precariedade

3. Reuniões

Durante o período em análise, a Comissão de Trabalho e Segurança Social realizou um total de 56 reuniões, assinaladas no quadro infra:

Mês	Dia	Total
outubro de 2016	6, 12, 19, 25, 26 e 27	6
novembro de 2016	(2 x 2), 11, 17, 18 e 23	6
dezembro de 2016	7, 14, 21 e 22	4
janeiro de 2017	4, 5, 18 e 25	4
fevereiro de 2017	1, 8, 15, 21 e 22	5
março de 2017	1, 8, 14, 15, (2 x 22) e 29	7
abril de 2017	5, 12, 18, 19 e 26	5
maio de 2017	4, 10, 17, 18 e 24	5
junho de 2017	6, 7, 14, 21, 27, (2 x 28)	7
julho de 2017	4 (visita), 5, 11, 12, 18 e 27	6
setembro de 2017	13	1
TOTAL		56

As respetivas [atas](#) encontram-se disponíveis na página da Comissão para consulta.

Apresenta-se o seguinte quadro com o cômputo geral de presenças e faltas às reuniões da Comissão durante a 2.^a Sessão Legislativa:

Comissão		Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Total de Ausências	Total de reuniões
Comissão	PSD	527	34	20	59	113	56
	PS	545	43	2	11	56	
	BE	101	19	2	11	32	
	CDS-PP	105	4	0	11	15	
	PCP	67	0	2	2	4	
	Totais	1346	100	26	94	220	

4. Iniciativas legislativas

Durante a presente Sessão Legislativa, baixaram à Comissão de Trabalho e Segurança Social as iniciativas legislativas discriminadas infra:

- 10 Propostas de Lei;
- 49 Projetos de Lei;
- 0 Apreciações Parlamentares;

Destas, foram aprovadas 11 leis, a seguir discriminadas:

- Lei 81/2017 2017 [Sétima alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto \(Conselho Económico e Social\)](#)
- Lei 80/2017 2017 [Interpreta o n.º 7 do artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas](#)
- Lei 73/2017 2017 [Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro](#)
- Lei 66/2017 2017 [Primeira alteração à Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, que aprova o Código Cooperativo](#)
- Lei 64/2017 2017 [Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013](#)
- Lei 42/2016 2016 [Orçamento do Estado para 2017](#)
- Lei 41/2016 2016 [Grandes Opções do Plano para 2017](#)
- Lei 29/2017 2017 [Transpõe a Diretiva 2014/67/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços](#)
- Lei 27/2017 2017 [Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014](#)

Lei 26/2017 2017 [Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui os constrangimentos à livre circulação de pessoas, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e transpondo a Diretiva 2013/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento \(UE\) n.º 1024/2012, relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno](#)

Lei 25/2017 2017 [Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro](#)

Nesta Sessão Legislativa foram ainda aprovadas mais 2 Leis referentes a Projetos de Lei que baixaram à Comissão durante a 1.ª Sessão Legislativa, sendo elas:

Lei 55/2017 2017 [Alarga o âmbito da ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho e os mecanismos processuais de combate à ocultação de relações de trabalho subordinado, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro](#)

Lei 54/2017 2017 [Regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo, do contrato de formação desportiva e do contrato de representação ou intermediação \(revoga a Lei n.º 28/98, de 26 de junho\)](#)

- 29 Projetos de Resolução. Destes foram aprovadas 10 Resoluções da Assembleia da República (correspondentes a 18 Projetos de Resolução) a seguir identificadas:

Resolução da AR 221/2016 2016 [Recomenda ao Governo a divulgação dos instrumentos de contratação utilizados pela Administração Pública e Setor Empresarial do Estado, com recurso a contratos emprego-inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços](#)

Resolução da AR 132/2017 2017 [Recomenda ao Governo que tome medidas para valorizar a participação das mulheres nas forças e serviços de segurança](#)

Resolução da AR 124/2017 2017 [Recomenda ao Governo que tome medidas com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres](#)

Resolução 121/2017 2017 [Recomendações ao Governo no âmbito do apoio às](#)

da AR			<u>pessoas com deficiência</u>
Resolução da AR	97/2017	2017	<u>Recomenda ao Governo que o subsídio de desemprego não possa ser inferior ao Indexante dos Apoios Sociais</u>
Resolução da AR	82/2017	2017	<u>Recomenda ao Governo que regule o acesso e o exercício da profissão de assistente pessoal</u>
Resolução da AR	75/2017	2017	<u>Reforço das respostas do Sistema Nacional de Intervenção Precoce</u>
Resolução da AR	70/2017	2017	<u>Recomenda ao Governo a avaliação e valorização da formação profissional para as pessoas com deficiência</u>
Resolução da AR	36/2017	2017	<u>Recomenda ao Governo a criação de um selo de garantia para empresas com práticas responsáveis de contratação e inserção de jovens na vida ativa</u>
Resolução da AR	12/2017	2017	<u>Recomenda ao Governo a regularização dos falsos recibos verdes e outras modalidades de trabalho precário existentes no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.</u>

Foram ainda aprovadas mais **3 Resoluções** da AR, referentes a Projetos de Resolução entrados na 1.ª Sessão Legislativa, nomeadamente:

Resolução da AR	239/2016	2016	<u>Recomenda ao Governo que altere a Portaria n.º 87/2006, de 24 de janeiro, e os pressupostos para atribuição do cartão de identificação do voluntário</u>
Resolução da AR	238/2016	2016	<u>Recomenda ao Governo que defenda os idosos das penalizações e exclusões abusivas de que são alvo em função da idade</u>
Resolução da AR	217/2016	2016	<u>Recomenda ao Governo que equipare o regime do setor público ao regime do setor privado, em que é permitido, a quem pretender, continuar a trabalhar depois dos 70 anos de idade</u>

5. Iniciativas europeias

A Comissão escrutinou **8** iniciativas europeias.

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão emitiu parecer, por solicitação da CAE, em relação ao relatório sobre a participação de Portugal na União Europeia, relativo ao ano de 2016, nas áreas respeitantes à Comissão.

Foi ainda apreciada a Conta Geral do Estado de 2015 tendo a Comissão emitido um parecer sobre a mesma.

A Comissão emitiu igualmente parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017.

7. Petições

A Comissão concluiu, ao longo desta 2.^a Sessão Legislativa, 27 petições, 19 das quais referentes a petições entradas na 1.^a Sessão Legislativa e 9 referentes a petições entradas na 2.^a Sessão Legislativa:

277	XIII	2	<u>Solicita alteração ao regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas.</u>	Concluída
254	XIII	2	<u>Solicita que sejam averiguados os motivos da cessação da sua comissão de serviço, bem como seja promovida alteração legislativa à Lei n.º 2/2014, de 15 de janeiro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública.</u>	Concluída
242	XIII	2	<u>Solicita a criação de livro de reclamação online da segurança social.</u>	Concluída
228	XIII	2	<u>Solicita a reposição da legalidade e o apuramento de responsabilidades disciplinares, no seguimento de violação da Lei do SIADAP.</u>	Concluída
221	XIII	2	<u>Solicitam que a profissão de motorista de pesado de passageiros e mercadorias seja considerada como profissão de desgaste rápido</u>	Concluída

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

		<u>e, conseqüentemente seja criado um regime específico de reforma.</u>	
214	XIII	2 <u>Solicitam o descongelamento da progressão nos escalões da Carreira de Docente e das posições remuneratórias do Pessoal Não Docente.</u>	Proposta para apreciação em plenário
188	XIII	2 <u>Alteração legislativa relativamente ao método de cálculo do apuramento dos rendimentos para obtenção e reconhecimento da condição de insuficiência económica.</u>	Concluída
186	XIII	2 <u>Revisão e alteração da composição do Conselho Económico e Social</u>	Concluída
163	XIII	1 <u>Pretende que seja atribuído um complemento social quando o valor das pensões for de montante inferior aos valores garantidos nos artigos 44º e 45º do. Decreto-Lei 187/2007, de 10 de maio (Valores mínimos de pensão de invalidez relativa e de pensão de velhice).</u>	Concluída
153	XIII	1 <u>Solicita a reformulação do cálculo do fator de sustentabilidade, de modo a incluir uma dedução relativa aos anos de trabalho cumpridos antes dos 15 anos idade.</u>	Concluída
140	XIII	1 <u>Suscita a inconstitucionalidade da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, que estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas.</u>	Concluída
135	XIII	1 <u>Solicita que a Assembleia da República aprecie a forma como está a ser feita a aplicação do Decreto-Lei 187/2007, de 10 de maio (Valores mínimos de pensão de invalidez relativa e de pensão de velhice), tomando as medidas adequadas.</u>	Concluída
119	XIII	1 <u>Em Defesa do Exercício da Profissão de Engenheiro.</u>	Concluída
97	XIII	1 <u>Solicita alteração ao artigo 84.º da Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro.</u>	Concluída

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

			<u>que cria a Ordem dos Psicólogos Portugueses e aprova o seu Estatuto.</u>	
96	XIII	1	<u>Solicitam a revogação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial.</u>	Concluída
90	XIII	1	<u>Solicitam a criação do "Dia Nacional da Inclusão", no dia 17 de junho.</u>	Concluída
80	XIII	1	<u>Solicita isenção de contribuição para o fator de sustentabilidade da segurança social para pensionistas com longas carreiras contributivas.</u>	Concluída
76	XIII	1	<u>Solicita a alteração do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei 187/2007, de 10 de maio (Valores mínimos de pensão de invalidez relativa e de pensão de velhice)</u>	Concluída
68	XIII	1	<u>Solicitam que o dia 8 de julho seja reconhecido como "Dia Nacional do Mutualismo."</u>	Concluída
54	XIII	1	<u>Pretende que o setor privado usufrua de um horário máximo de trabalho de 35 horas semanais, tal como está a ser ponderado aplicar aos trabalhadores do sector público.</u>	Concluída
52	XIII	1	<u>Regualificação no funcionalismo público</u>	Concluída
37	XIII	1	<u>Solicita que seja reconstituída a sua carreira, procedendo-se à reclassificação profissional.</u>	Concluída
34	XIII	1	<u>Solicitam o pagamento de remunerações devidas, designadamente de emolumentos pessoais e da atualização remuneratória indiciária desde 2009, e o apuramento de responsabilidades pelos atos de processamento, validação e cabimentação orçamental de vencimentos no Instituto dos Registos e do Notariado (IRN).</u>	Concluída
28	XIII	1	<u>Abrangência da Atividade das Organizações de Economia Social.</u>	Concluída

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

22	XIII	1	<u>Alteração legislativa do Decreto-Lei n.º 361/98, de 18 de Novembro, e do artigo 102.º do Regulamento da Caixa de Previdência de Advogados e Solicitadores (RCPAS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho.</u>	Concluída
21	XIII	1	<u>Igualdade de direitos laborais entre trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho e trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, nas instituições do Estado Português.</u>	Concluída
10	XIII	1	<u>Manutenção e funcionamento dos Centros de Atividade Ocupacionais do Cabedelo (Viana do Castelo).</u>	Concluída

8. Audições

A Comissão efetuou **37 audições** das quais **16** decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes **21** com outras entidades:

Audições na CTSS	Membros do Governo			Outras entidades
	Ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	No âmbito de Requerimentos dos Grupos Parlamentares	Outras Situações	
	7	3	6	
	16			21
	Total de audições - 37			

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

No âmbito dos Grupos de Trabalho realizaram-se 22 Audições:

Audições nos GT	Grupo de Trabalho Deficiência	Grupo de Trabalho Parentalidade e Igualdade de Género	Grupo de Trabalho Precariedade	Grupo de Trabalho Alteração do Código Cooperativo	Grupo de Trabalho Regime valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas	Grupo de Trabalho Regime Jurídico do Trabalho Desportivo e da Formação Desportiva	Grupo de Trabalho Assédio no Local de Trabalho
	6	-	9	9	3	8	12

9. Audiências

Foram concedidas audiências às entidades que as solicitaram, num total de 32. Estas audiências decorreram quer em comissão quer em grupo de trabalho constituído para o efeito. Sempre que possível, foram elaborados relatórios das audiências realizadas e procedeu-se à respetiva gravação áudio, que se encontra disponível no processo de cada uma das audiências.

Audiências	CTSS	GT - Audiências - 10ª CTSS
	10	22

10. Eventos

A Comissão promoveu a realização de um colóquio e de um debate e realizou uma visita aos Projetos Aga Khan para o Desenvolvimento e à Fundação Aga Khan, em Lisboa:

Colóquio	<u>COLÓQUIO PARLAMENTAR - Novo emprego. Que emprego?</u>	Auditório António de Almeida Santos	2017-07-11
Debate	<u>Sessão de Debate Público para Apresentação dos resultados do Relatório de</u>	Sala do Senado	2017-04-18

	<u>Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo</u>		
Deslocação	<u>Deslocação da Comissão ao Projetos da AKDN e AKF na Grande Lisboa</u>	Lisboa	De 2017-07-04 a 2017-07-04

11. Deslocações/ Representações

Realizaram-se ainda **nove** deslocações de diversos Deputados em representação da Comissão a reuniões internacionais:

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	<u>Simpósio organizado pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) sobre o tema "2007-2017: Is Europe doing enough to protect Fundamental Rights? The perspective of children?"</u>	Bruxelas	De 2017-06-28 a 2017-06-28
Representação	<u>106.ª Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – Genebra, de 5 a 16 junho de 2017</u>	Genebra	De 2017-06-13 a 2017-06-14
Representação	<u>Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Sociais [23-24 março 2017]</u>	Malta	De 2017-03-23 a 2017-03-24
Representação	<u>OCDE –Reunião da Rede Global Parlamentar, 8 a 10 de fevereiro em Paris</u>	Paris	De 2017-02-08 a 2017-02-10
Representação	<u>Semana Parlamentar Europeia e Conferência (CIP EGGE EU) – Bruxelas 30 janeiro a 1 de Fevereiro</u>	Bruxelas	De 2017-01-30 a 2017-02-01
Representação	<u>Seminário Pilar Europeu dos Direitos Sociais – Bruxelas – 23 de janeiro de 2017</u>	Bruxelas	De 2017-01-23 a 2017-01-23
Representação	<u>Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (CIP EGGE UE), Bratislava, 16 a 18 de outubro de 2016.</u>	Bratislava	De 2016-10-16 a 2016-10-18
Representação	<u>Reunião interparlamentar subordinada ao tema "A targeted revision of the rules on the Posting of Workers" Parlamento Europeu Bruxelas 12 outubro 2016</u>	Bruxelas	De 2016-10-12 a 2016-10-12
Representação	<u>OCDE-Rede Global parlamentar Paris 11 e 12 de Outubro de 2016</u>	Paris	De 2016-10-11 a 2016-10-12

12. Requerimentos dos GP

No decurso desta Sessão Legislativa, foram apresentados e submetidos à apreciação e deliberação da Comissão um total de **12 requerimentos escritos: 2 do GP PSD (um dos quais rejeitado), 1 do GP PS, 3 do GP BE, 3 do GP CDS-PP e 3 do GP PCP.**

Até ao presente momento, foram realizadas as seguintes audições:

67- CTSS- XIII	XIII	2	<u>Audição do Presidente do Conselho de Administração da PT, Eng.º Paulo Neves, sobre a situação dos trabalhadores da PT/MEO (na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PCP).</u>	Presidente do Conselho de administração da PT - Eng.º Paulo Neves e Dr. Luís Filipe Silva	2017-07-12
65- CTSS- XIII	XIII	2	<u>Audição do Senhor Inspetor-Geral, Eng.º Pedro Pimenta Braz, sobre a situação dos trabalhadores da PT/MEO (na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PCP).</u>	Eng.º Pedro Pimenta Braz, Inspetor-Geral e Dra. Paula Vieira, Inspetora do Trabalho e Chefe da Divisão de Coordenação da Atividade Inspetiva (DCAI).	2017-06-21
64- CTSS- XIII	XIII	2	<u>Audição do Senhor Secretário de Estado do Emprego sobre a situação dos trabalhadores da PT/MEO (na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PCP).</u>	S.E. DO EMPREGO	2017-06-07
60- CTSS- XIII	XIII	2	<u>Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na sequência da aprovação de dois requerimentos, respetivamente, do CDS-PP, para prestar esclarecimentos sobre os contornos que envolvem a hipótese de a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) entrar no capital do Montepio Geral, e do BE, sobre a situação na Associação Mutualista Montepio Geral e Audição nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.</u>	MIN. DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL;S.E. DA SEGURANÇA SOCIAL;S.E. DO EMPREGO;S.E. DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	2017-05-17
59- CTSS- XIII	XIII	2	<u>Sessão de Debate Público para Apresentação dos resultados do Relatório de Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo</u>	S.E. DA SEGURANÇA SOCIAL	2017-04-18

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

67- CTSS- XIII	XIII 2	<u>Audição das Organizações Representativas dos Trabalhadores da PT, na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PCP.</u>	Sr. David Pinela; Sr. José Nazaré Barbosa; Sr. Eduardo Gomes Colaço; Sr. Antonino Moura; Sr. Francisco Violante; Sr.ª Joana Miranda; Sr.ª Helena Vale; Sr. Jorge Félix e Sr. Vítor Narciso	2017-04-12
55- CTSS- XIII	XIII 2	<u>Audição do Senhor Ministro das Finanças ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.</u>	MIN. DAS FINANÇAS;S.E. DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO	2017-04-05
52- CTSS- XIII	XIII 2	<u>Audição do Senhor Ministro das Finanças na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PSD para análise do relatório " regresso ao período normal de trabalho de 35 horas – Análise do impacto</u>	MIN. DAS FINANÇAS;S.E. DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO	2017-03-15
48- CTSS- XIII	XIII 2	<u>Audição com o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o Relatório da OCDE – "As reformas no mercado de trabalho em Portugal no período 2011-2015", a requerimento do GP do CDS-PP.</u>	MIN. DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL;S.E. DO EMPREGO	2017-02-21
44- CTSS- XIII	XIII 2	<u>Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PS e aprovado por unanimidade em 14 de dezembro sobre a execução do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) e Audição nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.</u>	MIN. DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL;S.E. DA SEGURANÇA SOCIAL;S.E. DO EMPREGO;S.E. DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	2017-01-18

Palácio de São Bento, 4 de outubro de 2017.

PI' O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Feliciano Barreiras Duarte

